

Alemanha: a fênix da economia política internacional?

Luiz Felipe Brandão Osório¹

Resumo

O presente artigo tem por escopo debater e analisar esses dois processos de acelerada recuperação econômica da Alemanha durante o século XX, que envolvem o período hitlerista e o milagre econômico dos anos 1950. Objetiva-se, com isso, apontar os elementos que proporcionaram a distinção do Estado germânico em relação a outros países, bem como ressaltar as divergências entre cada lapso temporal, inseridos em contextos internacionais diferentes, revelando o que está por trás dos dois momentos de ressurgimento econômico alemão.

Palavras-chave

Alemanha; sistema interestatal capitalista; recuperação econômica

Abstract

The current essay aims at addressing and analyzing these two processes of accelerated German economic recovery during the 20th Century, which involve the Nazi period and the economic miracle of the fifties. In the text it will be tackled which characteristics are responsible to distinguish the German State from others. Furthermore, it will remark divergences in each era, which are immersed in different international contexts, and it will unfold what lies behind these two moments of German economic uprising.

Key words

Germany; interstate capitalist system; economic recovery.

I. Introdução

A Alemanha foi uma das protagonistas nas relações internacionais no século XX. Assim como o pássaro da mitologia grega que, quando morria, entrava em autocombustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas, após o envolvimento direto e débâcle nas duas guerras mundiais, o Estado alemão ressurgia ainda mais pujante no sistema interestatal.

Ao mesmo tempo em que sofreu dois reveses consideráveis em guerras de proporções catastróficas, emergiu da crise instalada de forma espantosamente acelerada. Ao contrário de outras nações que amargaram longos períodos de estagnação por débâcles de dimensões menores ou mesmo de baixo crescimento por vitórias militares desgastantes², a Alemanha tanto na pós-primeira quanto na pós-segunda guerra, por motivos e condições diferentes,

¹ Mestre e Doutorando em Economia Política Internacional na UFRJ.

² Exemplos podem ser atribuídos ao Paraguai, que após a guerra com seus vizinhos no século XIX, não conseguiu reerguer-se economicamente, bem como Inglaterra e França, que obtiveram vitórias militares tanto na primeira quanto na segunda guerra mundial, porém, não experimentaram taxas de crescimento tão elevadas quanto às da Alemanha, no pós-1945.

recuperou-se relativamente rápido, voltando, sem delongas, a ocupar posição central no sistema interestatal.

Para fins didáticos, o texto será dividido em três partes: na primeira, será abordada a política econômica de Hitler e as determinantes sistêmicas que propiciaram sua ascensão e relativo êxito, sob uma perspectiva alternativa à tradicional; na segunda, será discutido o processo de recuperação do após Segunda Guerra, durante a vigência da ordem de Bretton Woods, conhecido como milagre econômico, que permitiu a reinserção alemã na ordem mundial; por fim, na terceira, diante do que será exposto ao longo do artigo, procurar-se-á extrair de cada processo as semelhanças e diferenças de cada período, com o intuito de alcançar uma conclusão sucinta e reflexiva, sem, todavia, esgotar o debate sobre o assunto.

II. A política econômica de Hitler sob outra perspectiva

Após a Grande Guerra, conflito calcado em sentimentos nacionalistas agressivos e em movimentos de diplomacia secreta, ficou demonstrado aos europeus o limite da utopia da belle époque. A ilusão de progresso técnico ilimitado das nações imperialistas conheceu seu fim. O contexto de destruição e de crise econômica, oriundo dos efeitos desgastantes de um conflito dessas proporções, que atravessavam os europeus contrastava com a exuberância irracional dos *roaring twenties*³ vivida pelo líder na produção industrial, os Estados Unidos da América.

A despeito da liderança na produção industrial estadunidense, ainda não se podia falar em hegemonia mundial dos americanos, haja vista o poderio militar britânico e sua tentativa, embora fracassada, de retomada hegemônica, por meio do retorno ao padrão monetário libra-ouro em meados dos anos 1920. A incapacidade britânica e a nova realidade mundial impediram que houvesse o resgate dos ditames do pré-guerra. O contexto internacional tornava-se cada vez mais complexo, sobretudo após o surgimento de um “estranho no ninho”, a União Soviética. A falta de coordenação econômica acirrava as tensões geopolíticas, o que revelava a instabilidade da balança de poder europeia e a ausência de um poder hegemônico que a moldasse.

Em relação à Alemanha, considerada a culpada pela eclosão do conflito, foram impostas impagáveis indenizações e perdas territoriais pela *Étente Cordiale* para enfraquecer o ímpeto expansionista germânico. A preocupação tanto de franceses quanto de ingleses era

³ *Roaring twenties* é a denominação utilizada pela literatura especializada para caracterizar a impressionante expansão econômica dos EUA no período pós-Grande Guerra. Enquanto a Europa tentava se recuperar dos efeitos nefastos do conflito, ainda com grande dificuldade, os americanos gozavam de prosperidade invejável e, aparentemente, sem limites. Essa percepção de exuberância irracional levou à grave crise econômica de superprodução que abalou o mundo em 1929.

minar completamente o poderio alemão. O Tratado de Paz assinado em Versailles foi mais uma submissão do que um acordo, que o tornou conhecido entre os alemães com *Diktat*⁴.

A marginalização da Alemanha no sistema internacional por meio de uma sequência de humilhações proporcionou o perigoso sentimento revanchista interno, o que geraria graves efeitos posteriormente para a nova configuração geopolítica europeia. O títtere regime social-democrata instalado após a Revolução de Novembro não conseguiu conter a polarização e a radicalização ideológica no contexto político germânico.

O início dos anos 1920 foi catastrófico para os alemães. Envolto em dívidas impagáveis e com sua capacidade industrial atingida, o governo alemão não conseguiu assegurar o pagamento de suas obrigações, bem como passou a conviver com níveis inflacionários estratosféricos, o que deteriorou os índices sociais da população. Sem alternativas no Ocidente, é celebrado com a União Soviética o Tratado de Rapallo, em 1922, de cunho estratégico, como alternativa à sua crise.

Percebendo a necessidade de evitar o distanciamento da Alemanha e de garantir o recebimento do circuito de crédito europeu⁵, os Estados Unidos, atraídos pelos altos juros alemães, incentivaram a entrada de capital estadunidense em território germânico e articularam com as outras potências a reinserção da potência teutônica no sistema internacional, por meio de planos econômicos⁶ que arrefeceram as disposições de Versailles e de acordos políticos⁷ que proporcionaram sua entrada, até como membro do Conselho Executivo, na Liga das Nações.

Essa disposição em não deixar a Alemanha pender para o Leste explicita a importância da localização estratégica de seu território, que ocupa posição cardinal no continente europeu. Devido a essa tentativa de reenquadramento, os alemães experimentaram no final dos anos 1920 uma efêmera prosperidade, baseada em reformas econômicas internas, com o advento do *Rentenmark*, na entrada de capital estrangeiro e na disposição internacional, sobretudo estadunidense, em reinseri-la.

4 Os termos impostos à Alemanha incluíam a perda de uma parte de seu território para um número de nações fronteiriças, de todas as colônias sobre os oceanos e sobre o continente africano, uma restrição ao tamanho do exército e uma indenização pelos prejuízos causados durante a guerra. A República de Weimar também aceitou reconhecer a independência da Áustria. O ministro alemão do exterior, Hermann Müller, assinou o tratado em 28 de Junho de 1919. O tratado foi ratificado pela Liga das Nações em 10 de Janeiro de 1920. Na Alemanha o tratado causou choque e humilhação na população, o que contribuiu para a queda da República de Weimar em 1933 e a ascensão do Nazismo.

⁵ Significa que, para os Estados Unidos receberem as dívidas que França e Grã-Bretanha com eles tinham, era necessário assegurar que a Alemanha pagaria as indenizações a franceses e britânicos, que as repassariam aos americanos.

⁶ Com destaque para o Plano Dawes, de 1924, e para o Plano Young, de 1929.

⁷ Com destaque para os Acordos de Locarno, em 1924.

Quando um desses pilares foi retirado, o investimento externo, em razão da crise de 1929, o frágil equilíbrio econômico voltou a ruir. A débâcle econômica resultante da quebra da Bolsa de Nova Iorque deteriorou ainda mais a instável configuração política interna, que ficou à mercê de golpistas extremistas. Com isso, o discurso da extrema direita foi ganhando força, legitimado pelo apoio da pequena burguesia e do campesinato. Aos poucos, foi encampando membros dos setores industriais e do exército. O expressivo resultado do Partido Nacional-Socialista nas eleições parlamentares aliado à pressão dos capitalistas fez com que a elite prussiana, nacionalista, representada nos altos postos do exército cedesse ao pleito por Adolf Hitler como chanceler.

Em 1933, Hitler foi nomeado pelo Presidente Hindenburg, general prussiano, para a chancelaria do governo. Essa ascensão dos nacional-socialistas ao poder marcou o fim da efêmera República de Weimar e o início do conturbado III Reich alemão.

O início do governo nacional-socialista foi, contudo, bastante exitoso. Por meio de agressivas reformas econômicas, o Estado alemão passou a controlar a economia e a estimulá-la⁸. A nomeação de um defensor da ortodoxia do padrão ouro e responsável pelo controle da inflação nos anos 1920, Hjalmar Schacht, para Ministro da Economia, mostrou a preocupação nazista com a pressão social antiinflacionária, de memória recente era traumática, o que agradou as classes dominantes e as finanças internacionais, uma vez que aquelas dependiam destas.

A partir de 1929, no entanto, em face das circunstâncias, Schacht abandonou a ortodoxia, recorrendo a políticas autárquicas. Com a decretação do Plano Novo, conhecido também pelo nome de seu idealizador, Schacht objetivava, em convergência com os nazistas, reconstruir a economia, evitar a inflação, restaurar o comércio internacional e permitir o rearmamento.

O Plano Novo de Schacht, no início, conseguiu a recuperação da renda agrícola, por meio de subsídios e controle da concorrência externa; o resgate das classes urbanas via consumo; e a contenção pressão política e econômica antiinflacionária, por meio de salários forçadamente baixos, juros altos e controle de preços.

No setor externo, ao decretar o fim do pagamento das reparações de guerra e o fim de empréstimos estrangeiros, o governo conseguiu isolar dois elementos de instabilidade. O

⁸ Conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Neuer Plan ou Plano Novo, cujas premissas estavam voltadas para a recuperação econômica alemã baseada no aumento do nível de emprego, porém, com salários achatados, visando ao controle da inflação, investimento público e um sistema de controles, que envolvia o cambial, a entrada de divisas estrangeiras e o comércio exterior, por meio de atrelamento das importações às exportações, realizado pelos acordos de compensação. Com os acordos de reciprocidade, a Alemanha poderia obter recursos primários, necessários para seu crescimento, e, ao mesmo tempo, estimular seu setor interno.

governo prezou pelo controle balanço de pagamentos, pelo comércio externo e pela entrada de capitais, com a extinção de linhas de crédito do exterior, com exceção das britânicas⁹. Além disso, buscou-se livrar da dependência ao câmbio estrangeiro e aumentar sua influência no mundo por meio de acordos bilaterais de comércio compensado¹⁰, que abarcavam desde países da Europa Central e do Leste até o Cone Sul da América¹¹. Dessa forma, o projeto econômico nazista apresentava considerável ineditismo na Alemanha, uma vez que, por não estar vinculado ao mercado internacional e, por isso, ter fechado sua economia, participação das exportações deixou de ser relevante, diferença significativa em relação ao modelo do pós-1945.

Ademais, a expansão da demanda doméstica por meio do gasto público não se iniciou pelo setor militar, como no Japão, mas por alguns setores privados, escolhidos como prioritários pelo Estado, como o automobilístico e pela construção civil.

O objetivo imediato que legitimaria a expansão nazista era a redução imediata dos estratosféricos níveis de desemprego, o que efetivamente foi alcançado ao final de 1936, com a economia em nível de pleno emprego.

Políticas de natureza trabalho-intensivas estavam intimamente relacionadas com métodos coercitivos de expurgar pressões pelo aumento dos salários e pelos incentivos para a iniciativa privada à contratação de trabalhadores. Frieden explica (FRIEDEN, 2008: p.222):

O aumento dos preços estava fora de questão, uma vez que os nazistas destruíram o movimento trabalhista e instauraram o terror nos locais de trabalho. Hitler garantiu a Schacht que os financiamentos mediante déficit não levaria ao aumento de preços, já que o novo regime modificaria as relações econômicas convencionais.

Com fulcro nesse caminho econômico-político alternativo tomado pela aliança entre empresários conservadores, representados por Schacht, e pelos exaltados da pequena burguesia e da agricultura, base de apoio político de Hitler, Overy enxerga diferenças entre a política econômica adotada por Schacht e o modelo liberal posto em prática na Inglaterra e nos EUA (OVERY, 1996: pp. 37-38):

There was a difference here between liberal recovery policies such as those in Britain and the United States which were designed to stimulate the early stages of a recovery which would then become self-sustaining and reduce the need for state intervention, and those of the Nazi regime. In Germany the economy

⁹ O que revela as íntimas conexões financeiras oriundas da influência da Dinastia Hanover nos dois governos e uma das razões da política de apaziguamento de Neville Chamberlain, proteção do capital britânico investido em território germânico.

¹⁰ O comércio compensado posto em prática era “um sistema em que importações e exportações eram feitas à base da troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas caixas de compensação de cada país.” (CERVO e BUENO, 1992: p.233).

¹¹ Menção aos acordos celebrados com Brasil, em 1934, Argentina e Chile.

travelled in the opposite direction, moving from a cautious introduction of state policies in 1933 to a complete system of controls established by 1938.

A prosperidade econômica germânica no período é resumida por Overy como “(...) *the German economic recovery was not Keynesian. It was instead the product of a wide range of increasingly coercive economic policies centred around government strategy to revive investment, control consumer demand and prepare for war*” (OVERY, 1996: p. 51).

Verifica-se, portanto, que recuperação econômica, prioridade no regime nazista, não foi keynesiana, como muitos autores colocam, visto que não foi puxada pela renda do trabalho, como ocorreu no New Deal, nos Estados Unidos. Ao contrário, o acelerado crescimento foi impulsionado pelo Estado por meio do gasto público e pela indução do investimento em setores da indústria pesada.

Overy defende que essa significativa expansão dos gastos públicos fomentou monopólios, que desatrelados da relação siamesa entre bancos e indústria, foram os responsáveis pela falta de concorrência e consequente ineficiência das empresas alemãs, no momento de mobilização total para o esforço de guerra, que, por sinal, adveio muito antes do previsto pelo planejamento nazista.

Assim como ocorreu com a agricultura, que beneficiada pelo controle da concorrência externa, não foi capaz de abastecer o país no front de guerra. O grau de ineficiência para a mobilização para a guerra é ilustrado pela mobilização parcial da economia alemã até 1942, o que corrobora a tese de Overy de que a estratégia de Blitzkrieg do exército alemão não foi uma escolha premeditada, mas era a única opção em meio à falta de preparação adequada a um conflito daquelas proporções. Em verdade, defende que sua economia era uma Blitzkrieg, empenhou-se, inicialmente, na totalidade, mas de sua baixa capacidade.

Esse paradoxo pode ser explicado pelo projeto de poder nazista, cuja prioridade inicial era a recuperação econômica, almejando colher seus resultados no longo prazo. Em virtude disso, houve baixo investimento em tecnologia e na capacidade de mobilização de tropas, que já era pequena. Logo, percebe-se o descompasso nítido entre a capacidade econômica, reduzida, e a disposição militar, aguçadamente desmedida.

Essa assimetria intensificou a diferença de timing entre os setores internos que controlavam o Estado, o que levou ao fracasso de seu projeto de expansão nacional.

Por fim, cabe ressaltar, que pelo viés sociológico, a ideia da nação alemã do período hitlerista difere da nação por adesão, própria da concepção de participação voluntária, liberal democrática de 1848; e da noção de herança natural, sem a necessidade da vontade, de 1870. Nos anos 1930, ela passa a incorporar definitivamente o critério natural biológico, sem

dimensão territorial, com fronteiras sempre em movimento de expansão, como tentativa de suplantar as idéias do fim do século XIX e as tensões dos impérios multinacionais.

A expansão militar territorial para o Leste Europeu, germanófilo, na linha de discurso do Lebensraum, permitiu o alargamento das fronteiras de influência do capital alemão e deu a Hitler uma posição de maior respeito na diplomacia internacional. O exército alemão voltava a assombrar seus rivais históricos. O limite das anexações germânicas foi firmado com a declaração de guerra de britânicos e franceses à invasão do *Bundeswehr* na Polônia, o que eclodiria em um embate entre as grandes potências de proporções incalculáveis.

III. A reinserção milagrosamente associada

O fim da Segunda Grande Guerra marcou o *sorpasso*¹², a ultrapassagem, a superposição no controle do poder mundial dos britânicos pelos estadunidenses. Esse longo processo foi iniciado desde as vésperas da Grande Guerra, quando os EUA já eram os líderes da produção global.

A supremacia econômica foi confirmada pela militar, após a explosão das bombas atômicas em território japonês. Essa estratégia contribuiu para a persuasão da comunidade internacional a consentir com a hegemonia norte-americana, ainda que seja um consentimento imposto. Essa percepção de consenso passa pela noção difundida por Antônio Gramsci (GRAMSCI apud MORTON, 2006: p.95):

It has been established that the moment of hegemony involves both the consensual diffusion of a particular cultural and moral view throughout society and its interconnection with coercive functions of power; or there is corresponding equilibrium between ethico-political ideas and prevailing socio-economic conditions fortified by coercion (...) To sum up, hegemony is marked by the decisive passage from the structure to the sphere of the complex superstructures.

Dessa reorganização mundial derivam a Organização das Nações Unidas, que ratificou a força política e diplomática dos americanos, os Acordos de Bretton Woods, que criaram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, responsáveis por assegurar a estabilidade econômica, bem como a imposição do dólar como moeda internacional, a única conversível em ouro, garantindo sua hegemonia monetária e financeira, o que ocasionou no padrão ouro-dólar.

Ao assumir a posição de provedor do sistema mundial, os EUA experimentaram crescimento vigoroso a partir de 1945 até 1968. Esse período ficou conhecido como *Golden Age* em virtude da exuberância econômica do modelo estadunidense composto por taxas de

¹² Sopasso é o termo em italiano, utilizado pela literatura especializada, para definir a ultrapassagem, a alteração no comando do poder mundial.

crescimento muito superiores às aquelas consideradas “milagrosas” em outros países capitalistas, superando, inclusive, os *roaring twenties* do início do século (SERRANO, 2008).

Simultaneamente ao crescimento doméstico, interessava aos EUA bancarem o desenvolvimento econômico das potências derrotadas, outrora rivais, como Japão e Alemanha, situadas em posições estratégicas, como parte do projeto de expansão e consolidação do poder americano.

Sobretudo, no tocante à Alemanha, prevaleceu o entendimento favorável à incorporação do país à esfera de influência estadunidense, sob a forma militar da ocupação e econômica, do investimento e no fomento à recuperação. O país restara do conflito arrasado em sua infraestrutura e com enorme baixa populacional, bem como viu seu território ser ocupado e dividido pelos vencedores.

Diversas soluções foram sugeridas para o futuro da Alemanha¹³, como o Plano Morgenthau¹⁴, que previa a transformação de seu território em uma grande colônia agrária. No entanto, após ter sido constatado a satelitização das áreas ocupadas no Leste Europeu à União Soviética, os planos mudaram. A partir de 1948, houve a significativa entrada de aportes financeiros aos alemães, no intuito de reconstruir sua porção ocidental e afastar a influência soviética.

Para isso, foi constituída toda uma engenharia financeira, para reerguer a Alemanha e inseri-la no mercado internacional, haja vista a sua estrutura restrita, herança do período hitlerista. Em 1948, iniciou-se, com a coordenação de Ludwig Erhard, a reforma monetária, que além de substituir o *Reichsmark* em *Deutschmark*, contribuiu para a liberalização do mercado alemão e impulsionou a tradição moderna de independência do Banco Central germânico. Ainda assim, o marco alemão não era conversível, o que fez com que o comércio regional fosse realizado por meio de acordos bilaterais. O Plano Marshall permitiu a multilateralização desses acordos, tendo efeitos mais políticos do que propriamente econômicos. Com a criação, em 1958, do Balanço de Pagamentos Europeu, a conversibilidade do marco foi facilitada, o que espalhou a influência da economia germânica pela região e transformou os alemães de devedores a credores.

A Alemanha Ocidental foi integrada ao sistema interestatal e transformada em grande vitrine do *western capitalism*. Preocupou-se em expandir o mercado interno, principalmente por meio da recomposição e da coordenação de preços e salários, por meio de um acordo capital-trabalho de grande coesão social. A valorização artificial do dólar possibilitou ao país

¹³ A partir desse momento, qualquer referência à Alemanha dirá respeito somente à Alemanha Ocidental.

¹⁴ Henry Morgenthau foi Secretário do Tesouro Americano à época que não se confunde com seu contemporâneo, o realista acadêmico Hans Morgenthau, autor do clássico livro “A Política das Nações”.

exportar para seu entorno e para os Estados Unidos, garantindo sua posição de credor e seu rápido crescimento.

Ao rechaçar a ideia da Alemanha como colônia agrícola, priorizou-se o crescimento industrial acelerado, na concepção estadunidense, com a quebra dos *Konzern*¹⁵, para viabilizar o capitalismo mercantil e concorrencial.

A cartilha macroeconômica do Estado de bem-estar social keynesiano foi seguida, com algumas particularidades. Com a subordinação das finanças aos interesses industriais, os investimentos públicos foram direcionados pelos *commanding heighties*¹⁶ para infraestrutura e indústrias pesadas, que em uma visão universal não deveriam competir internacionalmente, pois precisavam de mercados amplos, o que veio a justificar a criação da Comunidade Europeia de Carvão e Aço, em 1951.

Junto com a expansão industrial, o pacto social-democrata acordou a proteção social expandida dos trabalhadores, na ótica de um Estado corporativista, garantidor da universalidade, o que ia ao encontro da política macroeconômica expansiva centrada na busca pelo pleno emprego e na utilização da política fiscal.

O resultado dessa articulação logo foi sentido durante os anos 1950, com o crescimento dos salários reais, com a extinção virtual do desemprego, com o aumento do bem-estar social e a com as altas taxas de crescimento, consideradas “milagrosas”¹⁷.

Giersch, Paqué e Schmieding (1992) identificam esse desenvolvimento como resultado do estímulo à demanda, o que teoricamente contrastaria com as políticas liberais implementadas no pós-guerra. Nessa contradição reside a particularidade do processo alemão.

Erhard, o pai do milagre, que substituiria posteriormente Adenauer como *Bundeskanzler*¹⁸, reformulou o sistema alemão com base na doutrina do Ordoliberalismo¹⁹, oriunda da Escola de Freiburg, cujo maior expoente era o economista liberal Walter Eucken. Essa elaboração teórica não caracterizava uma terceira via entre capitalismo e socialismo, mas uma forma específica de liberalismo. Kerber e Hartig apontam sua principal diferença

¹⁵ Os *Konzern* alemães possuíam estruturas semelhantes a cartéis.

¹⁶ Expressão que diz respeito aos órgãos estatais planejadores e coordenadores do investimento público, que visam ao fomento de atividades prioritárias da economia e, ao mesmo tempo, sem interferir na estrutura do livre mercado e da concorrência, elemento importante da concepção keynesiana.

¹⁷ Essa menção a fenômenos não explicáveis pela ciência está relacionada com o curto período experimentado entre a destruição quase que completa da economia alemã após o conflito mundial e sua recuperação em menos de uma década. Em uma visão rasa, realmente parece inexplicável, porém, com a introdução de elementos geopolíticos e geoeconômicos, percebe-se a ilusão que esse conceito traz.

¹⁸ Primeiro-ministro e cargo mais elevado da democracia parlamentarista alemã. Erhard ocupou o cargo de 1963 a 1966.

¹⁹ O significado etimológico do vocábulo remete à ideia de liberalismo ordenado, premissas liberais e ordem. Em outras palavras, envolvia os conceitos de liberdade, sobretudo a política e a civil, dentro dos limites constitucionais, haja vista que a Escola de Freiburg era uma instituição que abrigava premissas do Direito e da Economia.

(KERBER e HARTIG, 2009: p.342): *“The difference from laissez-faire liberalism lies in its insistence that markets can fulfill their positive functions only if State establishes a clear institutional framework within which spontaneous market processes take place.”*

Os ordoliberais acreditavam mais na capacidade dos seres humanos em estabelecer regras e moldar instituições que os ortodoxos. Ademais, ao mesmo tempo em que rechaçavam o planejamento central e o intervencionismo excessivo, como o do Estado nazista, advogavam a participação do ente estatal não como um mero observador do livre mercado, mas como um agente capaz de corrigir as assimetrias e garantir a plena efetividade das premissas liberais, como a proteção dos direitos individuais e os problemas de escassez. Estado forte seria aquele que estabelecesse regras efetivas e indutoras do livre comércio.

Kerber e Hartig resgatam outra particularidade que modificou alguns princípios do ordoliberalismo, a tradicional economia social de mercado alemã, cujas premissas envolvem a combinação do conceito de mercado com o de bem-estar social. Apesar da relutância original dos ordoliberais sobre o Estado de bem-estar social, os autores entendem que, devido ao grande apelo social que as políticas de seguridade social têm, desde os tempos bismarckianos, o preceito de economia social de mercado acabou incorporado, na prática, pela lógica ordoliberal (KERBER e HARTIG, 2009: p.343).

The Ordoliberals were, in fact, very reluctant about welfare statism, arguing that the best social policy would be not political redistribution, but market productivity leading to higher wealth for everyone (Eucken, 1952). But social security as a central task of the state enjoyed great resonance in Germany, dating from Bismarck's introduction of a state-based social security system in the 1880s, so the idea of combining a market economy with the welfare state had great appeal—even leading the Social Democratic Party in 1958 and the trade unions in 1963 to accept the concept of social market economy.

O pacto social em torno dessa organização econômica peculiar, de um capitalismo regulado, legitimou o conservadorismo político no poder da República Federal da Alemanha, capitaneado por Konrad Adenauer, representante dos herdeiros industriais de eras anteriores. Com o apoio político estadunidense, acertou-se uma parceria estratégica imposta, que mantinha a ocupação territorial germânica por tropas estrangeiras.

Assim, as elites alemãs optaram por aceitar a mudança na inserção internacional da Alemanha. Mais voltada à integração regional, menos afeita à consecução de objetivos nacionalistas, a Alemanha deveria preocupar-se em uma projeção pacífica de gigante econômico e anão político, resguardada pelo guarda-chuva militar estadunidense. Se outrora era sua política externa que guiava as diretrizes do governo doméstico; a autonomia vigiada, a

qual os alemães foram submetidos, implicava no movimento contrário, a política interna²⁰ ditava os rumos da diplomacia germânica, limitada pelas imposições externas.

Medeiros dissecava essa escolha política com importantes reflexos econômicos (MEDEIROS, 2004: p. 156):

Do ponto de vista político, como anota Milward (1992), o resgate do estado nacional europeu no pós-guerra tinha por vetor essencial o reconhecimento político da impossibilidade de um projeto alemão exclusivamente nacional. As elites alemãs perceberam, desde a reconstrução do pós-guerra, que seus interesses nacionais seriam muito melhor atendidos subsumidos num discurso e numa prática eminentemente europeia, tal como a historicamente construída pelo Tratado de Roma. Esta prática, que muitos denominaram de soft hegemony ou hegemony by stealth ou ainda semi-sovereignty, resultava de um esforço de construir um espaço econômico unificado onde os interesses econômicos e políticos alemães poderiam se exercer sem confrontos políticos e subordinando-se à liderança dos EUA no plano da segurança e defesa externa da Europa. A sua importância na formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a sua irrelevância na OTAN traduziam os limites e ambições da Alemanha no contexto criado pela Guerra Fria.

Essa peculiar posição de subalternidade e autonomia marcou a reinserção alemã no sistema de poder americano. Sua subalternidade militar era compensada por uma pujança econômica mais autônoma, a partir do momento em que se afirmou como uma economia fortemente enraizada na Europa Ocidental e sua moeda nas negociações intrarregionais, beneficiando-se do alargamento do mercado europeu.

Em suma, estrategicamente interessava ao poder americano fomentar a pujança econômica de seu protetorado militar para obter o controle sobre a economia europeia, assim como fez na Ásia com o Japão. Ademais, ao incentivar o setor exportador das outrora rivais de guerra, os EUA buscavam promover uma inserção internacional menos agressiva desses países, com o intuito de ensejar a prosperidade interna e regional sem a necessidade da via bélica, e, ao mesmo tempo, criar rivais para potencializar a competição expansiva em área global, acumulando, assim, mais poder.

Adveio, portanto, o convite hegemônico ao desenvolvimento do capitalismo alemão que teve a discricionariedade permitida de atuar de acordo com suas particularidades históricas e sociais. O projeto de desenvolvimento associado abraçado pelas elites alemãs na ordem de Bretton Woods e no sistema de Ialta possibilitou o reerguimento econômico do país

20 O governo conservador e cristão de Konrad Adenauer baseou-se Doutrina Hallstein, cujos princípios basilares remetiam ao não reconhecimento da zona de ocupação soviética como Estado nacional e à defesa do princípio da representação única, como se somente a porção ocidental correspondesse ao originário Estado alemão, não reconhecendo e condenando quem reconhecesse a soberania da porção oriental como Estado nacional. Ademais, seus ditames doutrinários defendiam uma maior aproximação com o Ocidente e sua ordem de poder institucional. A inserção internacional da República Federal Alemanha fundamentava-se no respeito à ordem global constituída, à aliança atlântica e à parceria estratégica com as Grandes Potências europeias por meio da integração.

e sua preeminência regional, em troca da abdicação, ainda que não indefinidamente, da hegemonia política e militar europeia.

Portanto, a milagrosa recuperação econômica do pós-guerra nada mais foi do que o resultado do arranjo geopolítico arquitetado sob a liderança hegemônica estadunidense.

IV. Conclusão

Diante do que foi exposto, conclui-se que comparar o desenvolvimentismo coercitivo da época hitlerista com a economia social de mercado do pós-guerra perde o sentido, caso não sejam levados em contas as particularidades internas e externas que moldaram esses momentos em debate.

Nos anos 1930 a condução da política econômica foi pautada em um regime autocrático, que não respeitava direitos individuais e sociais, baseado na repressão e no terror, sem qualquer pudor na consecução de sua prioridade imediata: a recuperação econômica. As condições internas eram favoráveis, haja vista o trauma da sociedade ante a crise inflacionária anterior e a frágil saúde econômica, altamente dependente do capital externo. Na seara internacional, o vácuo de poder hegemônico e o contexto de crise, associado a políticas monetárias descoordenadas e prejudiciais ao comércio entre nações, obrigavam as grandes potências a tolerar a ascensão de um regime fascista no lugar de levantes socialistas. Há que se ressaltar ainda a tentativa anterior, que fracassou em razão da débâcle capitalista, de estabilização da Alemanha empreendida em meados dos anos 1920, tendo em conta seu caráter estratégico para o continente e o mundo.

Nos anos 1950, o ressurgimento econômico teve fulcro em um regime democrático, ainda que controlado por uma elite liberal, que se distanciava da ortodoxia minimalista e construía uma densa rede de proteção social, em face das demandas históricas e das necessidades oriundas do arraso da guerra em seu território. Derrotada e ocupada, a Alemanha não tinha alternativa, senão aceitar o grau de autonomia que lhe era oferecido. No cenário internacional, o país recebeu apoio e investimentos estrangeiros, transformando-se na vitrine do capitalismo do bem-estar social, *do embedded capitalism*²¹. Suas altas taxas de crescimento internas estiveram vinculadas a um modelo pautado fundamentalmente no comércio exterior e estratégia de inserção externa geopolítica subalternizada à vontade do poder hegemônico.

²¹ Uma espécie de capitalismo regulado, que envolve premissas liberais e sociais, do Estado de bem-estar social.

Em uma visão sistemática dos acontecimentos, é possível apontar ainda divergências e convergências nos dois lapsos temporais, que caracterizaram o poder de recuperação da economia alemã, alvo de grandes impactos.

Em primeiro lugar, apesar de ambos os períodos serem de exceção, em um caso ocorreu em um ambiente autoritário, enquanto o outro em um democrático, com eleições periódicas e plenas liberdades individuais e sociais.

Em segundo lugar, enquanto que o modelo hitlerista crescia baseado no papel da produção interna e com pouca relevância do comércio exterior, controlado, assim como no mundo todo à época; mais da metade do produto interno bruto alemão do pós-guerra era composto pelas exportações líquidas, como alternativa às restrições internas.

Em terceiro lugar, se por um lado a economia hitlerista reduziu consideravelmente sua dependência ao capital estrangeiro, o que lhe conferia certa margem de autonomia nas manobras internacionais; por outro, o modelo do ordoliberalismo, liberal dentro dos limites constitucionais, foi calcado no setor externo, com a dependência ao capital estrangeiro atenuada pela integração regional.

Em quarto lugar, o vácuo hegemônico que permitiu a Hitler empenhar uma política externa soberana e expansionista, já não se verificava mais no pós-guerra, quando os derrotados foram enquadrados na teia de poder americano montada à época.

Por fim, a despeito da interpretação que rechaça grande capacidade econômica do período hitlerista, não há como negar a recuperação alemã, que, ao lado de seu renascimento pós-1945 só foi possível devido à posição estratégica que a Alemanha ocupa para as relações internacionais, fundamental no equilíbrio de poder europeu e mundial, devido, em grande medida, à sua localização geográfica e à sua articulação interna.

Dessa forma, uma análise mais apurada revela o grande segredo da fênix alemã: sua posição estratégica para a balança de poder mundial. Ainda que seja dotada de considerável articulação privada interna, a inter-relação entre as grandes potências hegemônicas e o sistema mundial foi responsável pelo renascimento alemão das cinzas de dois reveses históricos. Dentro dessa lógica, Vânia Cury chama a atenção para os importantes aspectos externos, como a compreensão de sua posição para a manutenção do poder hegemônico, e internos, como a organização social consolidada ainda no século XIX (CURY, 2006: pp.92-93):

(...) o poderio alemão não foi derrotado, de fato, nas duas guerras mundiais do século XX. A capacidade de ação e de organização do setor privado foi fundamental para promover a rápida recuperação do país, após sucessivos desastres políticos e militares. Ainda que tenha contado com generosa ajuda proveniente do exterior, a Alemanha possuía, também, os seus próprios atributos interiores, entre os quais se destacavam a energia de seu empresariado e a capacidade de trabalho de seus trabalhadores.

O renascimento dessa fênix não é, portanto, apenas fruto de méritos domésticos, mas, em grande parte, ainda que sua organização interna seja elogiável, induzido pelos arranjos geopolíticos do sistema interestatal capitalista.

V. Referências bibliográficas

ABELHAUSER, Werner. *Wirtschaftsgeschichte der Bundesrepublik Deutschland 1945-1980*. Suhrkamp: Frankfurt am Main, 1983.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Origins of Modern Germany*. New York, London: WW. Norton & Company, 1984.

BERGHAIN, Volker. *Modern Germany-Society, Economy and Politics in Twentieth Century*. Cambridge University Press, New York, 1990.

BRAGA, José Carlos. “Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado”. IN: FIORI, José Luiz (org.), *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 191-221.

BROSZAT, Martin. *Hitler and the collapse of Weimar Germany*. Berg, New York, 1987.

CALLEO, David. *The German Problem Reconsidered-Germany and the World Order*. Cambridge University Press, Cambridge, 1978.

CHILDS, David and JOHNSON, Jeffrey. *West Germany. Politics and Society*. Croom Helm Ltd., London, 1981.

CURY, Vânia Maria. *História da Industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.

ELIAS, Nobert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FEAR, Jeffrey. “German Capitalism”. IN: McCRAW, Thomas(Ed.). *Creating Modern Capitalism. How entrepreneurs, companies and countries triumphed in three industrial revolutions*. Cambridge Press: London, 1999.

FIORI, José Luis. “O Poder Global dos Estados Unidos: Formação, Expansão e Limites”. IN: FIORI, José Luis. *O Poder Americano*. Ed.Vozes, Petrópolis, 2004, pp. 67-110.

FISCHER, Conan. *The Rise of the Nazis*. Manchester University Press, Manchester, 2002.

FRIEDEN, Jeffry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GIERSCH, Herbert, PAQUÉ, Karl-Heinz e SCHMIEDING, Holger. *The Fading Miracle: Four Decades of Market Economy in Germany*. Cambridge University Press: Cambridge, 1992.

GLYN, Andrew. *Unleashed Capitalism: finance, globalization and welfare*. Oxford University Press. New York, 2006.

HAJO, Holborn. *A History of Modern Germany, 1840-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

HALLET, G. *The Social Economy of West Germany*. Macmillian, London, 1973.

IRELAND, Timothy. *Creating the Entangling Alliance. The Origins of North Atlantic Treaty Organization*. Greenwood Press, Connecticut, 1981.

KELE, Max. *Nazis and workers: National Socialists appeals to German Labor 1919-1933*. University of North Carolina Press, 1972.

KENNEDY, Paul. “O advento de um mundo bipolar e a crise das potências médias 1919-1942.” IN: *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. pp. 131-266.

_____. “Estabilidade e mudança num mundo bipolar 1943-1980.” IN: *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. pp. 333-416.

KERBER, Wolfgang e HARTIG, Sandra. “The Rise and the fall of German Miracle”. *Critical Review* 13. numbers.3-4. Critical Review Foundation, 1999. pp. 337-358.

KLEIN, Claude. *Weimar*. Editora Perspectiva S.A.: São Paulo, 1995.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MEARSHEIMER, J. J. *The Tragedy of Great Powers Politics*. W.W. Norton & Company, New York, 2001.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”. IN: FIORI, Jose Luis (org.), *O Poder Americano*, Vozes, 2004, pp. 139-178.

_____, “Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico” IN: FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. A. *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____, e SERRANO, Franklin. “Padrões monetários internacionais e crescimento”. IN: FIORI, J.L.(org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. pp. 119-154.

MENDERHAUSEN, Horst. *Two Postwar Recoveries of the German Economy*. Greenwood Press, West Port, Connecticut, 1974.

MESSERSCHMIDT, Manfred, GREINER, Christian and WIGGERHAUS, Norbert. “West Germany’s Strategic Position and her Role in Defence Policy as seen by the German Military 1945-1949.” IN: BECKER, Josef and KNIPPING, Franz (ed.). *Power in Europe? Great Britain, France, Italy and Germany in a postwar world 1945-1950*. Walter de Gruyter: Berlin-New York, 1986.

MILWARD, Alan. *The European Rescue of National-State*. Routledge, London, 2000.

_____. *The Reconstruction of Western Europe 1945-1951*. University of California Press, Berkley, 1984.

MOFFIT, Michael. *O Dinheiro do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “A política exterior da Alemanha 1949-1999.” IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Alemanha: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. pp.117-218.

OVERESCH, Manfred. “Senior West German Politicians and their perception of the German situation in Europe 1945-1949.” IN: BECKER, Josef and KNIPPING, Franz (ed.). *Power in Europe? Great Britain, France, Italy and Germany in a postwar world 1945-1950*. Walter de Gruyter: Berlin-New York, 1986.

OVERY, R. J. “Hitler’s War and German Economy: a reinterpretation.” *The Economic History Review*, New Series. Vol. 35 n.2 (Mai 1982), pp. 272-291.

_____. *The Nazi Economic Recovery (1932-1938)*. 2ed. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1996.

SCHRÖDER, Hans-Jürgen. “The Economic Reconstruction of West Germany in the Context of International Relations.” IN: BECKER, Josef and KNIPPING, Franz (ed.). *Power in Europe? Great Britain, France, Italy and Germany in a postwar world 1945-1950*. Walter de Gruyter: Berlin-New York, 1986.

SMITH, Eric Owen. *The German Economy*. Routledge, London and New York, 1994.

VANBERG, Viktor. *The Freiburg School: Walter Eucken and Ordoliberalism*. Freiburg Discussion Papers on Constitutional Economics, 1998.

VOGEL, Frank. *German Business after the Economic Miracle*. Macmillian, London, 1973.

WINKEL, Harold. *Die Deutsche Wirtschaft seit Kriegsende Entwicklung und Probleme*. Mainz, 1971.